



TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

1.1 - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de 06 (seis) relógios de ponto eletrônico com tecnologia de reconhecimento biométrico facial, integrados a software de gerenciamento de frequência em plataforma web, com capacidade para até 200 (duzentos) servidores, incluindo instalação, configuração, integração, treinamento, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva e demais serviços necessários ao adequado funcionamento da solução, para atendimento às necessidades da Prefeitura Municipal de Guarará-MG, conforme condições e especificações contidas neste Termo de Referência.

2 - DA NATUREZA DO OBJETO

2.1 - Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3 - DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Nº Item	Descrição	Unid.	Quant.	Val. Unit.	Val. Total
1	Locação 06 relógios de ponto facial.	Locação/Mês	12	R\$ 1.471,33	R\$ 17.655,96
2	Locação software em nuvem até 200 funcionários. incluso: instalação, treinamento, suporte ilimitado, remoto.	Locação/Mês	12	R\$ 1.123,33	R\$ 13.479,96
Total Global				R\$ 31.135,92	

3.1 - Item 1 – Locação de 06 (seis) relógios de ponto eletrônico com tecnologia de reconhecimento biométrico facial, destinados ao registro e controle de frequência dos servidores municipais, em conformidade com a legislação e as normas técnicas aplicáveis, conforme especificações a seguir:

- a)** Equipamento eletrônico de registro de ponto com tecnologia de reconhecimento biométrico facial, adequado ao controle de jornada dos servidores municipais, devendo atender às disposições legais e regulamentares aplicáveis à solução ofertada, garantindo a segurança, a confiabilidade, a integridade e a rastreabilidade dos registros de frequência;
- b)** Leitor biométrico facial com câmera e tecnologia adequada ao reconhecimento dos usuários, inclusive em ambientes com diferentes condições de iluminação, garantindo precisão e confiabilidade na identificação;
- c)** Capacidade de armazenamento de cadastros biométricos faciais compatível com a demanda da Administração Municipal, permitindo o cadastramento, a identificação e o reconhecimento de, no mínimo, 200 (duzentos) usuários, assegurando a precisão, a segurança e a confiabilidade dos registros de frequência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARÁ
Rua Capitão Gervásio, nº 13 – Centro – Guarará – MG
Cep: 36.606-000 – Tel.: (32) 3264-1185
CNPJ: 17.723.172/0001-96



- d)** Permitir o reconhecimento biométrico facial por identificação automática do usuário, sem necessidade de informação prévia da matrícula (modo 1:N), bem como por verificação facial mediante identificação prévia do usuário (modo 1:1), garantindo segurança e confiabilidade no registro de frequência;
- e)** Display colorido de, no mínimo, 2,8 polegadas, que permita a visualização clara das informações e a confirmação do registro de ponto, mediante exibição do nome, matrícula ou outro identificador do servidor;
- f)** Equipamento dotado de interface de operação intuitiva, com teclado físico ou virtual, quando necessário, e recursos de sinalização visual e sonora para confirmação ou indicação de falhas no registro de ponto, observadas as normas de acessibilidade aplicáveis;
- g)** Permitir o cadastramento, a atualização e a exclusão dos dados biométricos faciais dos servidores, diretamente no equipamento e/ou por meio do software de gerenciamento de frequência, garantindo a integração e a sincronização das informações entre os sistemas, observadas as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- h)** Comunicação por meio de rede Ethernet (TCP/IP) e/ou Wi-Fi, permitindo o funcionamento online e offline, com armazenamento local dos registros de ponto em caso de interrupção da conexão e sincronização automática dos dados após seu restabelecimento, sem perda das informações;
- i)** Memória interna com capacidade de armazenamento de, no mínimo, 500.000 (quinhentos mil) registros de ponto, garantindo a integridade e a preservação das marcações realizadas, inclusive durante períodos de indisponibilidade da conexão com o sistema de gerenciamento;
- j)** Equipamento dotado de memória não volátil ou tecnologia equivalente que assegure a preservação das configurações e dos registros armazenados, mesmo em caso de interrupção do fornecimento de energia elétrica;
- k)** Alimentação elétrica compatível com a rede disponível, preferencialmente bivolt automática (100 a 240V), acompanhada dos acessórios necessários ao seu funcionamento;
- l)** Permitir a atualização do firmware por meio de conexão USB, rede de dados ou outro recurso tecnológico disponibilizado pelo fabricante, garantindo a possibilidade de correções e atualizações necessárias ao adequado funcionamento do equipamento;
- m)** Interface de operação e menus disponíveis em português do Brasil, com sistema de data e hora, calendário automático e recursos necessários à identificação correta dos registros de frequência;
- n)** Equipamento com gabinete resistente, confeccionado em material adequado à sua finalidade, que proporcione durabilidade, segurança e proteção dos componentes internos, próprio para instalação em parede, acompanhado de todos os suportes, cabos, conectores e demais acessórios necessários à sua instalação e ao adequado funcionamento;
- o)** Equipamento em perfeito estado de conservação e funcionamento, sem avarias ou defeitos, devidamente revisado e atualizado, devendo apresentar condições adequadas de uso, desempenho e segurança durante toda a vigência contratual, cabendo à CONTRATADA sua manutenção e substituição, quando necessário, sem custos adicionais para o Município;
- p)** Equipamento compatível e integrado ao software de gerenciamento de frequência disponibilizado pela CONTRATADA, permitindo a comunicação e a sincronização automática dos registros de ponto e



das informações cadastrais dos servidores, garantindo a integridade, a segurança e a atualização dos dados, sem necessidade de procedimentos manuais rotineiros para transferência das informações.

3.2 - Item 2 – Locação de software de gestão e controle de ponto eletrônico em nuvem (SaaS) para até 200 (duzentos) funcionários, conforme especificações a seguir:

- a) Software disponibilizado no modelo SaaS (Software como Serviço), em plataforma web, com armazenamento e processamento de dados em nuvem, permitindo o gerenciamento de frequência de até 200 (duzentos) servidores, com licenças de utilização, hospedagem, atualizações e demais recursos necessários ao seu funcionamento incluídos no valor mensal contratado, sem custos adicionais de instalação ou necessidade de infraestrutura própria de servidores pelo Município;
- b) Software de gestão e controle de ponto eletrônico desenvolvido e disponibilizado em conformidade com a legislação e as normas regulamentares aplicáveis, devendo garantir a segurança, a integridade, a confiabilidade e a rastreabilidade dos registros de frequência, permitindo o armazenamento, o processamento, a consulta e a emissão de relatórios das marcações realizadas, sem permitir a alteração ou exclusão dos registros originais;
- c) Permitir o gerenciamento e o tratamento completo da jornada de trabalho dos servidores municipais, incluindo registro e consulta de marcações, justificativas, abonos, atrasos, faltas, horas extras, banco de horas, tolerâncias, intervalos e demais ocorrências relacionadas à frequência, observadas as disposições da legislação aplicável e as normas internas do Município;
- d) Permitir a emissão de espelhos de ponto individuais e coletivos, com identificação dos servidores, períodos de apuração, horários registrados e eventuais ocorrências, possibilitando a assinatura eletrônica e a consulta ao histórico de alterações e ajustes realizados, com identificação dos registros originais, inserções, justificativas e respectivos responsáveis, garantindo a rastreabilidade das informações;
- e) Permitir a integração ou a exportação de informações compatíveis com o sistema de folha de pagamento utilizado pelo Município, incluindo dados cadastrais dos servidores, registros de frequência e eventos necessários ao processamento da folha, por meio de arquivos em formatos usuais de mercado ou outros mecanismos de interoperabilidade, conforme as necessidades da Administração Municipal;
- f) Disponibilizar painel gerencial em plataforma web, permitindo o acompanhamento da conectividade e do funcionamento dos relógios de ponto, a consulta aos registros de frequência e a emissão de relatórios gerenciais e indicadores relacionados à jornada de trabalho dos servidores, incluindo faltas, atrasos, horas extras e demais ocorrências;
- g) Permitir a configuração de diferentes perfis de acesso ao sistema, conforme as atribuições e responsabilidades dos usuários, incluindo administradores, gestores, operadores e servidores, garantindo que cada usuário tenha acesso apenas às informações e funcionalidades autorizadas, com possibilidade de consulta individual aos próprios registros e espelhos de ponto;
- h) Disponibilizar mecanismos de segurança e proteção das informações, incluindo realização de backups automáticos e periódicos, criptografia dos dados em armazenamento e transmissão, controle de acesso por usuários e senhas ou mecanismos equivalentes, bem como medidas destinadas à prevenção de acessos não autorizados, perda, alteração ou divulgação indevida de informações,



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARÁ
Rua Capitão Gervásio, nº 13 – Centro – Guarará – MG
Cep: 36.606-000 – Tel.: (32) 3264-1185
CNPJ: 17.723.172/0001-96



observadas as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), especialmente quanto ao tratamento de dados biométricos dos servidores;

i) Garantir a disponibilidade e o adequado funcionamento da plataforma web de gerenciamento de frequência durante toda a vigência contratual, assegurando o acesso às funcionalidades contratadas, a segurança, a integridade e a preservação dos registros de ponto. Serão ressalvadas as interrupções programadas para manutenção, desde que previamente comunicadas à Administração Municipal, bem como as situações comprovadamente decorrentes de fatores externos à responsabilidade da CONTRATADA. Em qualquer hipótese, deverão ser adotadas medidas técnicas adequadas para evitar a perda de informações e assegurar a continuidade dos registros de frequência, inclusive mediante armazenamento temporário e posterior sincronização dos dados, quando necessário;

j) Disponibilizar, durante toda a vigência contratual, atualizações de versões, correções de falhas, melhorias de segurança e demais atualizações necessárias ao adequado funcionamento do software, sem custos adicionais para o Município, garantindo a manutenção das funcionalidades contratadas e a compatibilidade com os equipamentos disponibilizados;

k) Ao término da vigência contratual, ou em caso de extinção antecipada do contrato, a CONTRATADA deverá disponibilizar ao Município, sem custos adicionais, a exportação integral dos dados e registros de frequência armazenados no sistema, incluindo informações cadastrais, marcações de ponto, justificativas, abonos e históricos de alterações, em formato aberto, estruturado e legível, que permita sua consulta e eventual migração para outro sistema, observadas as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

3.3 - O valor global estimado da contratação é de R\$ 31.135,92 (trinta e um mil, cento e trinta e cinco reais e noventa e dois centavos), para o período de 12 (doze) meses, compreendendo a locação de 06 (seis) relógios de ponto eletrônico com reconhecimento biométrico facial e a disponibilização de software de gerenciamento de frequência em plataforma web, incluindo instalação, configuração, treinamento, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva e demais serviços necessários ao adequado funcionamento da solução, conforme valores e quantitativos estabelecidos na planilha de orçamento estimado deste Termo de Referência.

3.3.1 - A manutenção preventiva e corretiva dos relógios de ponto eletrônico, incluindo fornecimento e substituição de peças, componentes e acessórios, mão de obra especializada, deslocamentos, visitas técnicas e substituição dos equipamentos que apresentarem defeitos ou falhas que comprometam seu funcionamento, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, estando todos os custos incluídos no valor mensal contratado, sem qualquer ônus adicional para o Município.

3.3.2 - A CONTRATADA deverá disponibilizar suporte técnico remoto ilimitado, por telefone, e-mail, chat ou outro canal eletrônico de atendimento, durante os dias úteis e no horário de expediente da Administração Municipal, abrangendo orientações operacionais, esclarecimento de dúvidas, correção de falhas, atualizações do sistema e demais procedimentos necessários à utilização adequada dos equipamentos e do software, sem custos adicionais para o Município.

4 - PRAZO DE VIGÊNCIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARÁ
Rua Capitão Gervásio, nº 13 – Centro – Guarará – MG
Cep: 36.606-000 – Tel.: (32) 3264-1185
CNPJ: 17.723.172/0001-96



4.1 - O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, compreendendo o período de implantação inicial da solução e a prestação continuada dos serviços de locação dos relógios de ponto eletrônico e disponibilização do software de gerenciamento de frequência, podendo ser prorrogado, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e observados os requisitos e limites estabelecidos nos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2 - A implantação completa da solução deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Serviço (OS) emitida pela CONTRATANTE, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

4.3 - A contratação compreenderá o período de vigência de 12 (doze) meses, incluindo a etapa de implantação inicial da solução e a prestação continuada dos serviços. Os custos de implantação, instalação, configuração, integração, testes e treinamento deverão estar contemplados no valor global contratado, sendo o pagamento realizado conforme as etapas e os serviços efetivamente executados e recebidos pela Administração Municipal, observados os critérios de medição, liquidação e pagamento estabelecidos neste Termo de Referência.

5 - DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “B”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

5.1 - A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar maior eficiência, segurança, confiabilidade e modernização dos procedimentos de controle de frequência e jornada de trabalho dos servidores públicos da Prefeitura Municipal de Guarará-MG, mediante a disponibilização de equipamentos eletrônicos com tecnologia de reconhecimento biométrico facial, integrados a software de gerenciamento de frequência em plataforma web.

5.1.1 - A utilização de solução informatizada permitirá maior precisão no registro dos horários de entrada e saída dos servidores, automatização do tratamento das informações de frequência, gerenciamento de faltas, atrasos, justificativas, abonos, horas extras e banco de horas, quando aplicáveis, além de facilitar a emissão de relatórios gerenciais e a disponibilização de informações para o processamento da folha de pagamento, contribuindo para a redução de procedimentos manuais e o aprimoramento das atividades administrativas.

5.1.2 - A contratação também busca proporcionar maior transparência, rastreabilidade e segurança no controle da jornada de trabalho, permitindo o acompanhamento das informações pelo setor de Recursos Humanos e pelos gestores responsáveis, observadas as disposições legais aplicáveis e as normas internas do Município, especialmente quanto à proteção dos dados pessoais e biométricos dos servidores, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

5.1.3 - A adoção do regime de locação dos equipamentos, associada à disponibilização do software em nuvem, visa assegurar a continuidade operacional da solução, com manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico, atualizações e substituição de equipamentos quando necessário, sem a necessidade de aquisição definitiva dos bens, conforme avaliação de vantajosidade constante dos documentos de planejamento da contratação.



5.1.4 - A necessidade da contratação encontra-se demonstrada no Documento de Formalização da Demanda (DFD) e no Estudo Técnico Preliminar (ETP), que integram a instrução do processo administrativo e fundamentam a solução proposta, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.1.5 - Os riscos relacionados à contratação foram identificados e avaliados no Mapa de Riscos que integra o processo administrativo, contemplando medidas destinadas à prevenção e mitigação de ocorrências que possam comprometer a execução contratual, a continuidade dos serviços e a segurança das informações.

6 - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “C”, DA LEI Nº 14.133/2021)

6.1 - A solução proposta compreende a contratação de empresa especializada para locação de 06 (seis) relógios de ponto eletrônico com tecnologia de reconhecimento biométrico facial, integrados a software de gerenciamento de frequência em plataforma web, com capacidade para até 200 (duzentos) servidores municipais, abrangendo o fornecimento, a instalação, a configuração, a integração, o treinamento dos usuários, o suporte técnico e a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, durante toda a vigência contratual.

6.2 - A execução da solução compreenderá a instalação dos equipamentos nos locais indicados pela Administração Municipal, a configuração e disponibilização do software em nuvem, a integração e sincronização das informações entre os relógios e o sistema de gerenciamento de frequência, bem como a disponibilização de mecanismos de integração ou exportação de dados compatíveis com o sistema de folha de pagamento utilizado pelo Município.

6.3 - Durante a vigência contratual, a CONTRATADA deverá assegurar o adequado funcionamento dos equipamentos e do software, mediante suporte técnico remoto ilimitado, manutenção preventiva e corretiva, substituição de peças e equipamentos quando necessário, atualizações do sistema e demais providências indispensáveis à continuidade e à eficiência dos serviços, sem custos adicionais para o Município.

6.4 - A solução deverá permitir o registro, o armazenamento, o processamento, a consulta e a emissão de relatórios de frequência dos servidores, garantindo a integridade, a confiabilidade, a rastreabilidade e a segurança das informações, inclusive em situações de interrupção temporária da conexão com a internet, mediante armazenamento local e posterior sincronização automática dos registros.

6.5 - Ao término da vigência contratual ou em caso de extinção antecipada do contrato, a CONTRATADA deverá disponibilizar ao Município a exportação integral dos dados e registros de frequência armazenados no sistema, em formato aberto, estruturado e legível, possibilitando sua consulta e eventual migração para outra solução, sem custos adicionais, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

6.6 - Todas as etapas da execução contratual deverão observar as disposições legais e regulamentares aplicáveis, especialmente quanto à proteção dos dados pessoais e biométricos dos servidores, cabendo à CONTRATADA adotar medidas técnicas e administrativas adequadas para prevenir acessos



não autorizados, perda, alteração, divulgação indevida ou qualquer outra forma de tratamento irregular das informações.

7 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1 - A solução ofertada deverá atender integralmente às especificações técnicas, funcionalidades e condições estabelecidas nos itens 3.1 e 3.2 deste Termo de Referência, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis ao controle eletrônico de frequência dos servidores municipais, bem como as normas de segurança da informação e de proteção de dados pessoais, especialmente a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), sem prejuízo do cumprimento de eventuais requisitos de certificação ou registro legalmente obrigatórios para a modalidade de equipamento e software disponibilizada.

7.1.1 - O critério de julgamento da proposta será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, considerando a contratação de solução composta pela locação dos relógios de ponto eletrônico e disponibilização do software de gerenciamento de frequência, observadas as especificações técnicas, condições de execução e exigências de habilitação estabelecidas neste Termo de Referência e no respectivo instrumento convocatório.

7.2 - Dos equipamentos

7.2.1 - Os equipamentos disponibilizados pela CONTRATADA deverão atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, apresentando perfeito estado de conservação e funcionamento, sem avarias ou defeitos, devidamente revisados e atualizados, com gabinete resistente e adequado à instalação em parede, acompanhados de todos os suportes, cabos, conectores e demais acessórios necessários à instalação e operação. Deverão, ainda, garantir compatibilidade e integração com o software de gerenciamento de frequência ofertado, assegurando a comunicação e a sincronização automática dos registros de ponto, cabendo à CONTRATADA a responsabilidade pelo adequado funcionamento dos equipamentos durante toda a vigência contratual, incluindo manutenção e substituição quando necessário, sem custos adicionais para o Município.

7.3 - Dos serviços a serem realizados

7.3.1 - A CONTRATADA deverá executar todos os serviços necessários à implantação, operação e manutenção da solução contratada, compreendendo a instalação presencial dos relógios de ponto nos locais indicados pela Administração Municipal, configuração e integração dos equipamentos com o software de gerenciamento de frequência, treinamento dos usuários, suporte técnico remoto e manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, estando todos os custos incluídos no valor mensal contratado, sem ônus adicional para o Município.

a) Treinamento: A CONTRATADA deverá realizar treinamento dos servidores indicados pela Administração Municipal, especialmente os responsáveis pelo setor de Recursos Humanos e pela gestão do controle de frequência, abrangendo a utilização dos equipamentos, operação do software, cadastramento de usuários, consulta e tratamento de registros, emissão de relatórios e demais funcionalidades necessárias à adequada utilização da solução. Deverá disponibilizar orientações ou material de apoio e realizar treinamentos complementares quando houver alterações significativas nas funcionalidades do sistema, sem custos adicionais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARÁ
Rua Capitão Gervásio, nº 13 – Centro – Guarará – MG
Cep: 36.606-000 – Tel.: (32) 3264-1185
CNPJ: 17.723.172/0001-96



b) Suporte técnico: A CONTRATADA deverá disponibilizar suporte técnico remoto ilimitado, por telefone, e-mail, chat ou outro canal eletrônico de atendimento, durante os dias úteis e no horário de expediente da Administração Municipal, para esclarecimento de dúvidas, orientações operacionais, identificação e correção de falhas nos equipamentos e no software.

b.1) O atendimento às solicitações de suporte técnico deverá observar os seguintes prazos, contados a partir do registro da ocorrência nos canais disponibilizados pela CONTRATADA, durante o horário de atendimento:

I - Problemas críticos, caracterizados pela indisponibilidade total do sistema ou por falhas que impeçam o registro de frequência: início do atendimento em até 2 (duas) horas úteis e solução ou disponibilização de medida alternativa que assegure a continuidade dos registros em até 8 (oito) horas úteis;

II - Problemas não críticos, caracterizados por falhas que não impeçam integralmente o funcionamento do sistema ou dos equipamentos: início do atendimento em até 4 (quatro) horas úteis e solução em até 24 (vinte e quatro) horas úteis.

b.2) Quando a falha não puder ser solucionada remotamente, a CONTRATADA deverá providenciar atendimento presencial ou outra medida técnica adequada, sem custos adicionais para o Município.

b.3) Nos casos de defeitos que comprometam o funcionamento dos relógios de ponto e não possam ser solucionados por manutenção corretiva, a CONTRATADA deverá providenciar a substituição do equipamento por outro de características equivalentes ou superiores, em até 2 (dois) dias úteis, contados da constatação da necessidade de substituição, garantindo a continuidade dos serviços.

c) Manutenção preventiva e corretiva: A CONTRATADA será responsável pela realização da manutenção preventiva e corretiva dos relógios de ponto durante toda a vigência contratual, incluindo fornecimento e substituição de peças, componentes e acessórios, mão de obra especializada, deslocamentos, visitas técnicas e demais procedimentos necessários ao adequado funcionamento dos equipamentos, sem custos adicionais para o Município.

c.1) A manutenção preventiva deverá ser realizada sempre que tecnicamente necessária, de forma a preservar o funcionamento, a segurança e a confiabilidade dos equipamentos, preferencialmente em horários que não prejudiquem o registro de frequência dos servidores.

c.2) A manutenção corretiva deverá ser realizada sempre que constatados defeitos, falhas ou irregularidades que comprometam o funcionamento dos equipamentos, observados os prazos de atendimento estabelecidos neste Termo de Referência.

c.3) Durante a realização de manutenção ou substituição dos equipamentos, a CONTRATADA deverá adotar medidas para preservar os registros de frequência existentes e evitar a perda de informações, garantindo sua posterior sincronização com o software de gerenciamento.

7.4 - Dos Prazos e Condições Gerais de Execução

7.4.1 - A CONTRATADA deverá realizar a implantação completa da solução contratada, compreendendo a entrega e instalação dos 06 (seis) relógios de ponto eletrônico com reconhecimento biométrico facial, configuração e integração dos equipamentos com o software de gerenciamento de frequência em plataforma web, cadastramento inicial dos usuários, realização dos testes de funcionamento e treinamento dos servidores indicados pela Administração Municipal, no prazo máximo



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARÁ
Rua Capitão Gervásio, nº 13 – Centro – Guarará – MG
Cep: 36.606-000 – Tel.: (32) 3264-1185
CNPJ: 17.723.172/0001-96



de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Serviço (OS) emitida pela CONTRATANTE.

7.4.2 - A instalação dos equipamentos deverá ser realizada presencialmente, por profissionais devidamente capacitados, nos locais indicados pela Administração Municipal, incluindo todos os materiais, acessórios, configurações e procedimentos necessários ao adequado funcionamento da solução, sem custos adicionais para o Município.

7.4.3 - A CONTRATADA deverá assegurar a integração e a sincronização dos registros entre os equipamentos e o software, realizando, quando necessária e tecnicamente viável, a migração dos dados disponibilizados pela Administração Municipal, preservando sua integridade, segurança e rastreabilidade.

7.4.4 - A solução deverá ser entregue devidamente instalada, configurada, testada e em pleno funcionamento, com a realização do treinamento inicial dos servidores responsáveis, cabendo à Administração Municipal verificar sua conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

7.4.5 - Concluída a implantação, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente à CONTRATANTE a disponibilização integral da solução, para realização dos procedimentos de verificação e recebimento previstos neste Termo de Referência.

7.4.6 - A prestação continuada dos serviços de locação dos relógios de ponto eletrônico e disponibilização do software de gerenciamento de frequência ocorrerá após a conclusão da implantação e o aceite da solução pela Administração Municipal, permanecendo até o término da vigência contratual estabelecida no item 4 deste Termo de Referência.

7.4.7 - O pagamento será realizado de acordo com os serviços efetivamente executados e recebidos pela Administração Municipal, observados os valores e os critérios de medição estabelecidos neste Termo de Referência. A primeira parcela somente poderá ser paga após a conclusão e o recebimento da implantação, desde que corresponda à etapa efetivamente executada e prevista na composição do preço contratado. As parcelas subsequentes serão pagas mensalmente, conforme a efetiva disponibilização e o adequado funcionamento dos equipamentos e do software, observadas as condições de liquidação e pagamento.

7.4.8 - Durante todo o período de prestação continuada dos serviços, a CONTRATADA deverá assegurar o funcionamento dos equipamentos e do software, incluindo suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, atualizações e substituição de equipamentos quando necessário, observados os prazos e níveis de serviço estabelecidos no item 7.3 deste Termo de Referência.

7.4.9 - Todas as despesas relacionadas à implantação, instalação, configuração, integração, testes, treinamento, manutenção, suporte técnico e demais procedimentos necessários à execução contratual estarão incluídas nos valores contratados, não sendo admitida cobrança adicional ao Município.

7.5 - Sustentabilidade

7.5.1 - A CONTRATADA deverá observar, durante toda a execução contratual, as normas ambientais aplicáveis, adotando práticas que contribuam para a utilização racional dos recursos naturais, a eficiência energética e a redução da geração de resíduos, especialmente quanto ao uso de energia



elétrica, papel e demais materiais relacionados à operação dos equipamentos e do software de gerenciamento de frequência.

7.5.2 - Os equipamentos disponibilizados deverão apresentar condições adequadas de funcionamento e conservação, priorizando-se a durabilidade, a manutenção e o reaproveitamento de componentes, quando tecnicamente viáveis, de forma a reduzir a necessidade de substituições e a geração de resíduos.

7.5.3 - A CONTRATADA será responsável pela destinação ambientalmente adequada dos equipamentos, peças, componentes eletrônicos e demais materiais substituídos ou inutilizados durante a execução contratual, observadas as disposições da Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e demais normas ambientais aplicáveis.

7.5.4 - A solução deverá priorizar a utilização de recursos digitais para emissão, consulta e armazenamento de espelhos de ponto, comprovantes de registro e relatórios de frequência, sempre que possível, visando à redução do consumo de papel e à maior eficiência dos procedimentos administrativos.

7.6 - Subcontratação

7.6.1 - Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto, devendo a CONTRATADA executar diretamente os serviços contratados, incluindo instalação, configuração, integração, treinamento, suporte técnico e manutenção dos equipamentos e do software, permanecendo integralmente responsável pela qualidade, segurança, continuidade e adequada execução da solução contratada.

7.6.2 - A vedação à subcontratação justifica-se pela natureza integrada da solução, pela necessidade de assegurar a uniformidade dos serviços, a centralização da responsabilidade contratual e a proteção dos dados pessoais e biométricos dos servidores municipais, evitando a fragmentação das atividades que possam comprometer a eficiência, a segurança e a continuidade do controle de frequência.

8 - DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

8.1 - A CONTRATADA deverá executar os serviços em conformidade com as especificações, condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e no instrumento contratual, disponibilizando profissionais devidamente capacitados para a instalação, configuração, integração, treinamento, suporte técnico e manutenção dos equipamentos e do software de gerenciamento de frequência, garantindo a qualidade, a segurança e a continuidade da solução contratada.

8.1.1 - Os serviços serão executados na sede da Prefeitura Municipal de Guarará-MG e nas demais unidades municipais indicadas pela CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA arcar com todas as despesas necessárias à execução do objeto, incluindo transporte, deslocamentos, mão de obra, instalação, configuração, manutenção, substituição de peças e equipamentos e demais custos relacionados, sem ônus adicional para o Município.

8.1.2 - A CONTRATADA deverá observar os prazos de implantação, atendimento, suporte técnico, manutenção e substituição de equipamentos estabelecidos neste Termo de Referência, adotando as providências necessárias à solução de falhas e à continuidade dos serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARÁ
Rua Capitão Gervásio, nº 13 – Centro – Guarará – MG
Cep: 36.606-000 – Tel.: (32) 3264-1185
CNPJ: 17.723.172/0001-96



8.1.3 - Durante toda a vigência contratual, a CONTRATADA deverá manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, nos termos do art. 92, inciso XVI, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.1.4 - A CONTRATADA deverá garantir a confidencialidade, a integridade e a segurança das informações e dos dados pessoais tratados em decorrência da execução contratual, especialmente os dados biométricos dos servidores, observando as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), sendo vedada sua utilização para finalidades estranhas à execução do objeto.

8.1.5 - A CONTRATADA deverá comunicar à fiscalização contratual, sem demora injustificada, a ocorrência de falhas relevantes, indisponibilidades prolongadas, incidentes de segurança da informação ou outras situações que possam comprometer a execução dos serviços ou a proteção dos dados, prestando os esclarecimentos necessários e adotando as medidas cabíveis para sua solução.

8.1.6 - O descumprimento das obrigações contratuais poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas nos arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os procedimentos legais, o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da eventual extinção contratual, quando cabível, nos termos da legislação vigente.

9 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta da CONTRATADA, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da execução contratual, o prazo de execução será prorrogado pelo período correspondente, mediante o devido registro das circunstâncias que deram causa à interrupção, quando cabível e desde que a prorrogação seja compatível com a natureza e a finalidade do serviço.

9.3 - As comunicações entre o Município de Guarará/MG e a CONTRATADA deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se a utilização de meios eletrônicos para esse fim.

9.4 - O Município de Guarará/MG poderá convocar o representante da CONTRATADA para adoção das providências necessárias à adequada execução do objeto.

9.5 - A gestão do contrato e das contratações dela decorrentes será exercida pela Secretária Municipal de Governo, cabendo à Administração designar servidor responsável pela fiscalização da execução dos serviços, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.6 - Compete ao fiscal acompanhar e verificar a adequada execução dos serviços, especialmente quanto ao cumprimento dos prazos de implantação, dos locais de instalação, dos quantitativos e das especificações estabelecidas neste Termo de Referência, bem como quanto às condições de funcionamento e segurança dos equipamentos, à disponibilidade e à qualidade do software, e ao cumprimento dos níveis de serviços pactuados, emitindo os atestes correspondentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARÁ
Rua Capitão Gervásio, nº 13 – Centro – Guarará – MG
Cep: 36.606-000 – Tel.: (32) 3264-1185
CNPJ: 17.723.172/0001-96



9.6.1 - O fiscal deverá registrar as ocorrências relacionadas à execução dos serviços, determinando as providências necessárias à regularização das falhas ou irregularidades constatadas e comunicando ao gestor as situações que demandem providências que ultrapassem sua competência.

9.6.2 - A CONTRATADA deverá corrigir, substituir ou regularizar, sempre que possível de forma imediata, qualquer serviço, equipamento ou condição de execução que esteja em desacordo com este Termo de Referência ou com a respectiva Ordem de Serviço, sem ônus adicional para a Administração.

9.7 - Compete ao gestor coordenar as atividades relacionadas à gestão e ao acompanhamento do contrato decorrente desta contratação, acompanhar o cumprimento das obrigações assumidas, adotar as providências necessárias à regular execução do objeto e encaminhar à autoridade competente, quando cabível, as situações que possam ensejar a aplicação de sanções, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9.8 - A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela adequada execução dos serviços, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, falhas, danos ou prejuízos decorrentes da execução do objeto.

10 - CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

10.1 - O pagamento será realizado de acordo com os serviços efetivamente executados e recebidos pela Administração Municipal, observados os valores estabelecidos no contrato, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal pela CONTRATADA e regular ateste pela fiscalização contratual.

10.2 - Os custos relativos à implantação inicial da solução, compreendendo instalação, configuração, integração, testes de funcionamento e treinamento dos servidores indicados pela Administração Municipal, deverão estar incluídos no valor global contratado, não sendo admitida cobrança adicional por tais serviços.

10.2.1 - A primeira parcela somente será devida após a conclusão da implantação e seu recebimento pela Administração Municipal, desde que corresponda à etapa efetivamente executada e esteja prevista na composição dos preços contratados, observados os procedimentos de liquidação e pagamento estabelecidos neste Termo de Referência.

10.3 - As parcelas referentes à prestação continuada dos serviços de locação dos relógios de ponto eletrônico e disponibilização do software de gerenciamento de frequência serão pagas mensalmente, mediante comprovação da efetiva disponibilização e do adequado funcionamento da solução, incluindo suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva e demais obrigações contratuais.

10.3.1 - Quando o período de efetiva disponibilização dos serviços não corresponder a um mês completo, o pagamento deverá observar a proporcionalidade do período efetivamente executado, conforme os valores contratados.

10.4 - A Nota Fiscal deverá corresponder aos serviços efetivamente executados e recebidos no período de referência, sendo o pagamento condicionado à verificação da regular execução contratual e ao cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARÁ
Rua Capitão Gervásio, nº 13 – Centro – Guarará – MG
Cep: 36.606-000 – Tel.: (32) 3264-1185
CNPJ: 17.723.172/0001-96



10.5 - Constatadas falhas, indisponibilidades ou irregularidades que comprometam a prestação dos serviços, a CONTRATADA será notificada para adoção das providências necessárias à regularização, observados os prazos de atendimento e os níveis de serviço estabelecidos neste Termo de Referência.

10.5.1 - Quando comprovada a execução parcial, a indisponibilidade injustificada ou o descumprimento das condições contratuais, poderá ser aplicado desconto proporcional sobre os valores devidos à CONTRATADA, correspondente aos serviços não prestados ou prestados inadequadamente, mediante apuração e registro pela fiscalização contratual, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

10.6 - Não será admitido pagamento antecipado por serviços ainda não executados, devendo cada parcela corresponder às etapas ou aos períodos de prestação efetivamente realizados e recebidos pela Administração Municipal.

10.7 - A liquidação e o pagamento das despesas observarão os procedimentos, documentos e prazos estabelecidos nas cláusulas específicas deste Termo de Referência, bem como as disposições legais aplicáveis.

11 - DO RECEBIMENTO

11.1 - Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo fiscal do contrato, para fins de verificação de sua conformidade com as especificações, condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual, nos termos do art. 140, inciso I, alínea "a", da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2 - Após a conclusão da implantação inicial, será realizada a verificação de conformidade técnica da solução, mediante conferência dos equipamentos instalados, das funcionalidades do software e da execução dos serviços previstos neste Termo de Referência, incluindo:

- a)** Instalação e adequado funcionamento dos 06 (seis) relógios de ponto eletrônico com reconhecimento biométrico facial;
- b)** Configuração e disponibilização do software de gerenciamento de frequência em plataforma web, com capacidade para até 200 (duzentos) servidores;
- c)** Comunicação, integração e sincronização dos registros de frequência entre os equipamentos e o software;
- d)** Realização de testes de funcionamento, incluindo registro de ponto, armazenamento, consulta e emissão de relatórios;
- e)** Verificação dos mecanismos de integração ou exportação de informações compatíveis com o sistema de folha de pagamento utilizado pelo Município;
- f)** Realização do treinamento inicial dos servidores indicados pela Administração Municipal.

11.2.1 - O recebimento provisório da implantação será formalizado pelo fiscal do contrato, mediante registro, relatório, termo ou outro instrumento equivalente, após a realização das verificações e dos testes necessários, no prazo de até 03 (três) dias úteis contados da comunicação formal de conclusão da implantação pela CONTRATADA.

11.2.2 - O recebimento definitivo da implantação será realizado pelo gestor do contrato ou por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo de até 03 (três) dias úteis contados do



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARÁ
Rua Capitão Gervásio, nº 13 – Centro – Guarará – MG
Cep: 36.606-000 – Tel.: (32) 3264-1185
CNPJ: 17.723.172/0001-96



recebimento provisório, após a verificação do atendimento às condições estabelecidas neste Termo de Referência.

11.3 - Durante a vigência contratual, os serviços de locação dos equipamentos e disponibilização do software serão submetidos a recebimento mensal, mediante verificação da efetiva disponibilização, funcionamento e continuidade da solução contratada, incluindo o cumprimento das obrigações de suporte técnico e manutenção.

11.3.1 - O recebimento provisório mensal será realizado pelo fiscal do contrato, mediante relatório, ateste ou outro instrumento equivalente, no prazo de até 03 (três) dias úteis após o encerramento do período mensal de prestação dos serviços.

11.3.2 - O recebimento definitivo mensal será realizado pelo gestor do contrato ou por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo de até 03 (três) dias úteis contados do recebimento provisório, após a verificação da regularidade dos serviços prestados.

11.4 - Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando executados em desacordo com as especificações, condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, no instrumento contratual ou na proposta da CONTRATADA.

11.4.1 - Constatadas falhas, defeitos ou irregularidades, a CONTRATADA deverá adotar, às suas expensas, as providências necessárias à correção, regularização ou substituição dos equipamentos e serviços, observados os prazos de atendimento e os níveis de serviço estabelecidos neste Termo de Referência.

11.4.2 - Quando constatada a execução parcial, a indisponibilidade injustificada ou a prestação inadequada dos serviços, a ocorrência será registrada pela fiscalização contratual para fins de apuração e eventual glosa proporcional dos valores correspondentes, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis, observados o contraditório e a ampla defesa.

11.5 - Caso sejam constatadas irregularidades que impeçam o recebimento definitivo, a liquidação ou o pagamento da despesa, a CONTRATADA será comunicada para adoção das providências cabíveis, ficando suspenso o respectivo procedimento quanto à parcela afetada, até a regularização, quando esta for possível.

11.6 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade ou quantidade, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurando-se a liquidação e o pagamento da parcela incontroversa, nos termos da legislação aplicável.

11.7 - Os prazos de recebimento ficarão suspensos enquanto estiver pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução dos serviços ou na documentação apresentada, quando tais pendências impedirem a realização do respectivo recebimento.

11.8 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pela adequada execução dos serviços, pelo funcionamento dos equipamentos e do software, pela manutenção, pelo suporte técnico e pelas demais obrigações assumidas durante a vigência contratual.

11.9 - O recebimento provisório dos serviços será realizado pelo fiscal do contrato, enquanto o recebimento definitivo caberá ao gestor do contrato ou a servidor ou comissão designada pela autoridade competente, observando-se, sempre que possível, o princípio da segregação de funções, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.



11.9.1 - Excepcionalmente, quando devidamente justificada a impossibilidade de designação de servidores distintos para as funções de gestão e fiscalização contratual, a Administração poderá adotar procedimentos específicos de controle e verificação, mediante decisão fundamentada da Autoridade Competente, de modo a assegurar a regularidade dos recebimentos, a rastreabilidade dos atos praticados e a adequada fiscalização da execução contratual.

11.10 - Considerando a natureza continuada do objeto, os recebimentos mensais poderão ser formalizados mediante relatórios de fiscalização, atestes ou outros instrumentos simplificados que permitam comprovar a efetiva disponibilização e o adequado funcionamento da solução, sem prejuízo da observância dos procedimentos de recebimento provisório e definitivo previstos neste Termo de Referência.

12 - LIQUIDAÇÃO

12.1 - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, devidamente acompanhada da documentação exigida, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação da despesa, prorrogável por igual período quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

12.2 - Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos em nome da Prefeitura Municipal de Guarará/MG, inscrita no CNPJ nº 17.723.172/0001-96, situada à Rua Capitão Gervásio, nº 13, Centro, Guarará/MG.

12.2.1 - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente contém os elementos necessários, especialmente:

- a) a data de emissão;
- b) os dados da CONTRATADA e do Município;
- c) a identificação da contratação e, quando aplicável, da respectiva Ordem de Serviço;
- d) a descrição dos serviços efetivamente executados, com indicação dos respectivos itens e quantitativos;
- e) o valor a pagar; e
- f) o eventual destaque das retenções tributárias cabíveis.

12.3 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o procedimento ficará suspenso até que a CONTRATADA adote as medidas necessárias à regularização, reiniciando-se o prazo após o saneamento da pendência, sem ônus para a CONTRATANTE.

12.4 - A Nota Fiscal deverá ser acompanhada da documentação necessária à comprovação da manutenção das condições de habilitação e da regularidade fiscal, social e trabalhista da CONTRATADA, nos termos da legislação aplicável.

12.5 - A Administração verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, bem como a eventual existência de impedimento para contratar com o Poder Público.

12.6 - Constatada situação de irregularidade da CONTRATADA, esta será notificada, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou apresente defesa, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARÁ
Rua Capitão Gervásio, nº 13 – Centro – Guarará – MG
Cep: 36.606-000 – Tel.: (32) 3264-1185
CNPJ: 17.723.172/0001-96



12.7 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração adotará as providências cabíveis, observados o contraditório e a ampla defesa.

12.8 - Persistindo a irregularidade, poderão ser adotadas as medidas necessárias à extinção da contratação, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.9 - Havendo a efetiva e regular prestação dos serviços, os pagamentos correspondentes aos serviços devidamente recebidos não serão automaticamente suspensos em razão de irregularidade fiscal superveniente, sem prejuízo da adoção das providências administrativas cabíveis.

13 - PRAZO DE PAGAMENTO

13.1 - O pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da conclusão da liquidação da despesa, nos termos do item anterior.

14 - FORMA DE PAGAMENTO

14.1 - O pagamento será realizado mediante ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta bancária indicados pela CONTRATADA.

14.2 - Será considerada como data do pagamento aquela em que for efetivada a respectiva ordem bancária.

14.3 - Por ocasião do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação aplicável.

14.3.1 - Serão retidos na fonte os tributos e contribuições nos percentuais e condições estabelecidos na legislação vigente, quando cabíveis.

14.3.2 - A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, estará sujeita ao tratamento tributário previsto na legislação aplicável, devendo apresentar, quando exigível, a documentação necessária à comprovação de sua condição, sem prejuízo das retenções legalmente cabíveis.

15 - REAJUSTE

15.1 - Os preços inicialmente contratados serão fixos e irredutíveis pelo período de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.

15.2 - Após o interregno de 01 (um) ano, os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, observada a variação acumulada no período de 12 (doze) meses, nos termos dos arts. 25, inciso VII, e 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir da data dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.4 - No caso de atraso ou de não divulgação do índice de reajustamento, será utilizada a última variação conhecida, promovendo-se posteriormente o ajuste correspondente quando divulgado o índice definitivo.



15.5 - Na hipótese de extinção ou impossibilidade de utilização do índice estabelecido, será adotado o índice que vier a substituí-lo ou, na ausência de índice substituto, outro índice oficial que reflita a variação dos preços relacionados ao objeto, mediante justificativa.

15.6 - O reajuste será formalizado mediante apostilamento, nos termos do art. 136, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, dispensada a celebração de termo aditivo.

16 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

16.1 - São obrigações do Contratante:

- a)** Disponibilizar os locais e as condições necessárias à instalação e ao funcionamento dos relógios de ponto eletrônico, incluindo acesso às instalações, pontos de energia elétrica e infraestrutura de rede, quando necessários;
- b)** Indicar os locais de instalação dos equipamentos e fornecer as orientações necessárias à adequada execução dos serviços;
- c)** Designar o gestor e o fiscal do contrato, responsáveis pelo acompanhamento e pela fiscalização da execução contratual, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- d)** Disponibilizar à CONTRATADA as informações cadastrais dos servidores estritamente necessárias à configuração, implantação e operação do sistema de gerenciamento de frequência, observadas as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- e)** Indicar os servidores responsáveis pela administração e utilização do sistema, bem como aqueles que participarão dos treinamentos disponibilizados pela CONTRATADA;
- f)** Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, verificando o cumprimento das especificações técnicas, prazos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- g)** Comunicar formalmente à CONTRATADA eventuais falhas, defeitos, irregularidades ou descumprimentos identificados durante a execução contratual, solicitando as providências necessárias à sua correção;
- h)** Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, conforme os serviços efetivamente prestados e recebidos, observados os prazos e as condições estabelecidos neste Termo de Referência e no instrumento contratual;
- i)** Prestar os esclarecimentos e fornecer as informações necessárias à execução dos serviços, respeitadas as competências e responsabilidades de cada parte;
- j)** Adotar as medidas administrativas de sua competência para assegurar a utilização adequada do sistema pelos servidores municipais, inclusive quanto à definição das regras de controle de frequência, perfis de acesso e tratamento das informações.

16.2 - São obrigações da Contratada:

- a)** Executar o objeto em conformidade com as especificações técnicas, condições, prazos e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual;
- b)** Disponibilizar os 06 (seis) relógios de ponto eletrônico com reconhecimento biométrico facial, em perfeitas condições de funcionamento, bem como o software de gerenciamento de frequência em plataforma web, garantindo a compatibilidade e a integração entre os equipamentos e o sistema;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARÁ
Rua Capitão Gervásio, nº 13 – Centro – Guarará – MG
Cep: 36.606-000 – Tel.: (32) 3264-1185
CNPJ: 17.723.172/0001-96



- c)** Realizar, às suas expensas, a instalação, configuração, parametrização, testes de funcionamento e implantação da solução contratada, incluindo os materiais, acessórios e serviços necessários à sua adequada operacionalização;
- d)** Disponibilizar profissionais devidamente capacitados para a execução dos serviços de implantação, treinamento, suporte técnico e manutenção dos equipamentos e do software;
- e)** Realizar o treinamento inicial dos servidores indicados pela CONTRATANTE, fornecendo as orientações necessárias à utilização e à administração do sistema;
- f)** Cumprir os prazos de implantação, atendimento, suporte técnico, manutenção e substituição de equipamentos, bem como os níveis de serviços estabelecidos neste Termo de Referência;
- g)** Prestar suporte técnico durante toda a vigência contratual, adotando as providências necessárias à solução de falhas, inconsistências e problemas que comprometam a utilização dos equipamentos ou do software;
- h)** Executar, sem custos adicionais para a CONTRATANTE, os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, incluindo mão de obra, peças, componentes, deslocamentos e substituição de equipamentos defeituosos, quando necessário;
- i)** Garantir a disponibilidade e o adequado funcionamento do software de gerenciamento de frequência, incluindo hospedagem, atualizações, correções de falhas e demais recursos necessários à continuidade dos serviços, observados os níveis de disponibilidade estabelecidos neste Termo de Referência;
- j)** Assegurar a integridade, a confidencialidade, a disponibilidade e a segurança das informações e dos dados pessoais tratados em decorrência da execução contratual, especialmente os dados biométricos dos servidores, observando as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);
- k)** Utilizar os dados e as informações disponibilizados pela CONTRATANTE exclusivamente para as finalidades relacionadas à execução do objeto, vedada sua utilização, divulgação ou compartilhamento para outras finalidades sem fundamento legal;
- l)** Adotar medidas técnicas e administrativas adequadas à prevenção de acessos não autorizados, perda, alteração, divulgação indevida ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito dos dados pessoais;
- m)** Comunicar à CONTRATANTE, sem demora injustificada, a ocorrência de falhas relevantes, interrupções dos serviços, incidentes de segurança da informação ou outras situações que possam comprometer a execução contratual ou a proteção dos dados, informando as providências adotadas para sua solução;
- n)** Preservar os registros de frequência dos servidores durante a execução dos serviços, inclusive em situações de falha de conectividade, manutenção ou substituição de equipamentos, garantindo sua recuperação e sincronização, conforme as funcionalidades previstas neste Termo de Referência;
- o)** Disponibilizar à CONTRATANTE, quando solicitado e ao término da contratação, os dados e registros armazenados no sistema, em formato eletrônico estruturado e acessível, sem custos adicionais, observadas as condições de exportação e portabilidade estabelecidas neste Termo de Referência;



- p) Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, nos termos do art. 92, inciso XVI, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- q) Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais despesas decorrentes da execução contratual, sem transferência de responsabilidade à CONTRATANTE, observada a legislação aplicável;
- r) Atender às determinações regulares do gestor e do fiscal do contrato, prestando os esclarecimentos solicitados e adotando as medidas necessárias à correção de eventuais irregularidades identificadas;
- s) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em decorrência da execução contratual, nos termos do art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- t) Não subcontratar, total ou parcialmente, a execução do objeto, em conformidade com a vedação estabelecida neste Termo de Referência.

17 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17.1 - Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

17.1.1 - O fornecedor será selecionado mediante procedimento de Dispensa de Licitação, com fundamento no **art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, com recebimento das propostas e documentos por meio eletrônico, através do e-mail institucional do Município**, adotando-se como critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

17.1.2 - O recebimento das propostas e dos documentos de habilitação será realizado por meio eletrônico, mediante encaminhamento ao e-mail institucional do Município indicado no Aviso de Contratação Direta, dentro do prazo nele estabelecido. A adoção desse procedimento justifica-se por proporcionar maior celeridade, economicidade, ampla participação dos interessados e registro objetivo da data e do horário de recebimento, além de facilitar a organização, a rastreabilidade e a transparência dos atos praticados no processo. Considerar-se-á efetivado o recebimento na data e no horário registrados na caixa de entrada do referido e-mail, cabendo ao fornecedor assegurar a legibilidade, a integridade e o correto envio de todos os arquivos exigidos.

17.2 - Modo de Disputa

17.2.1 - Modo de Disputa - **Fechado**

17.3 - Condições de Participação

17.3.1 - Nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, a presente contratação será destinada exclusivamente à participação de Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e equiparadas, desde que atendidas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

17.3.2. Para fins de obtenção dos benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, deverão ser observadas as disposições do art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.



17.4 - Habilitação jurídica (Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva).

17.4.1 - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

17.4.1.2 - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

17.4.1.3 - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

17.4.1.4 - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

17.4.1.5 - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

17.4.1.6 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

17.4.1.7 - Cópia do CPF e da identidade dos sócios da empresa.

17.4.2 - Habilitação fiscal, social e trabalhista

17.4.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

17.4.2.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

17.4.2.3 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

17.4.2.4 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

17.4.2.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

17.4.2.6 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



17.4.2.7 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

17.4.3 - Qualificação Econômico-Financeira

17.4.3.1 - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

18 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

18.1 - O valor total estimado da contratação é de R\$ 31.135,92 (trinta e um mil, cento e trinta e cinco reais e noventa e dois centavos).

18.2 - O valor estimado constitui parâmetro para a contratação, podendo ser reduzido em decorrência da apresentação de propostas mais vantajosas durante o procedimento de seleção do fornecedor.

18.3 - A contratação ficará condicionada à demonstração de que o preço da proposta selecionada é compatível com os valores praticados no mercado.

19 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Guarará.

19.1.1 - A contratação será atendida pela seguinte dotação:

3.3.90.39.00.2.02.01.04.122.0002.2.0012-SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

20 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

20.1 - As empresas são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados. A falsidade de documento ou a inveracidade das informações prestadas sujeitará o responsável às sanções administrativas, civis e penais cabíveis, podendo ensejar a desclassificação, a inabilitação ou a extinção do contrato, conforme o caso, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

20.2 - Os documentos que integram o procedimento de contratação deverão ser interpretados de forma conjunta e complementar, observada a compatibilidade entre suas disposições. Eventuais divergências, omissões ou inconsistências deverão ser esclarecidas pela Administração Municipal, mediante decisão fundamentada, observados os princípios da legalidade, da isonomia, da transparência e da segurança jurídica, de modo a assegurar a adequada compreensão das condições estabelecidas e a regular execução do objeto contratado.

Prefeitura Municipal de Guarará, 14/10/2026.

Camila Alves Ferraz do Nascimento
Secretária Municipal de Governo